



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR
PÚBLICO: um estudo sobre o processo de convergência proposto pela Secretaria do
Tesouro Nacional**

Dulcyane do Nascimento Souza Demetrio

CAMPINA GRANDE- PB

2015

DULCYANE DO NASCIMENTO SOUZA DEMETRIO

**NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR
PÚBLICO: um estudo sobre o processo de convergência proposto pela Secretaria do
Tesouro Nacional**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: MSc. Eliedna de Sousa Barbosa

Campina Grande - PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D377n Demetrio, Dulcyane do Nascimento Souza
Normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público [manuscrito] : um estudo sobre o processo de convergência proposto pela Secretária do Tesouro Nacional / Dulcyane do Nascimento Souza Demetrio. - 2015.
19 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, 2015.
"Orientação: Profa. Ma. Eliedna de Sousa Barbosa, Departamento de Ciências Contábeis".

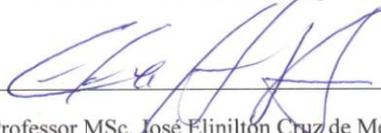
1. Normas internacionais. 2. Convergência. 3. Setor público. 4. Contabilidade pública. I. Título.

21. ed. CDD 657.61

DULCYANE DO NASCIMENTO SOUZA DEMÉTRIO

**NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR
PÚBLICO: um estudo sobre o processo de convergência proposto pela Secretaria do
Tesouro Nacional**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.

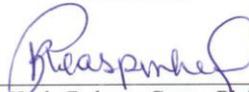


Professor MSc. José Elinilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

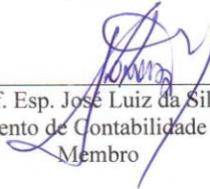
Professores que compuseram a banca:



Professora MSc. Eliedna de Sousa Barbosa
Departamento de Contabilidade – UEPB
Orientadora



Prof. MSc. Kárla Roberta Castro Pinheiro Alves
Departamento de Contabilidade – UEPB
Membro



Prof. Esp. José Luiz da Silva
Departamento de Contabilidade – UEPB
Membro

Campina Grande - PB, 18 de junho de 2015.

RESUMO

DEMETRIO, Dulcyane do Nascimento Souza. **NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: um estudo sobre o processo de convergência proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional.** 2015. 19 fls. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

Este estudo tem como objetivo geral apresentar o processo de Convergência da nova contabilidade pública no Brasil, a partir das publicações da Secretaria do Tesouro Nacional. Para tanto foi realizada uma pesquisa descritiva, de caráter bibliográfico, que tomou por base publicações feita pela Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, visando a atender o processo de convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público. Desse modo, esse estudo verificou que esforços têm sido deliberados com o intuito de alcançar a convergência contábil no setor público aos padrões internacionais, a partir do uso de uma contabilidade mais voltada para seu objeto, ou seja, o patrimônio, primando pelos registros em função da essência sobre a forma e gerando relatórios úteis para tomada de decisão, além de ter observado que o Processo de Convergência às Normas Internacionais no Setor Público no Brasil tem progredido no que tange à regulamentação contábil, através dos requisitos editados pelas entidades regulamentadoras no Brasil para o setor público. Porém, ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

Palavras-chave: Normas Internacionais. Convergência. Setor Público

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização surgiu entre os países à necessidade de adotar princípios e práticas contábeis que facilitassem a comunicação e a comparabilidade de informações contábeis entre os diversos países. Em face disso, foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) normas que padronizam internacionalmente a contabilidade.

Focado nessa padronização a partir de janeiro de 2014, todo o setor público do Brasil deve ajustar-se às novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, segundo os ditames da Resolução do CFC nº 1.128 a 1.137/08, e mais adiante em dezembro de 2011 a Resolução 1.366/11, com respeito às informações de custos na área pública.

A contabilidade aplicada ao setor público dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos entes públicos quanto aos procedimentos, às práticas, à elaboração e à divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAs – *International Public*

Sector Accounting Standards), as quais se coadunam as orientações do IFAC (*International Federation of Accountants*), órgão responsável pela edição das IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade) no âmbito do setor público que baseado nos padrões da contabilidade aplicada ao setor privado, elaborou as IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) e vem expedindo nos últimos anos as normas para harmonização da contabilidade dos entes públicos.

Nessa perspectiva, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Resolução CFC nº 1.328/11 que considera o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos Padrões Internacionais. Prova disso é que o artigo 4º, inciso II, é voltado para o setor público que, combinado com as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP 16), orienta para os procedimentos de avaliação e mensuração, registro e divulgação de demonstrações contábeis, aplicação de técnicas que decorrem da evolução científica da Contabilidade, bem como quaisquer procedimentos técnicos de controle contábil e de prestação de contas previstos, os quais promovam o controle social, além da observância das normas aplicáveis ao setor público, com vistas à convergência das práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas IPSAS.

Por esta ótica, pode-se afirmar que o objetivo da contabilidade pública é evidenciar o patrimônio público e suas modificações, entretanto, para que a finalidade se concretize é necessário o cumprimento dos princípios fundamentais de contabilidade e da legislação aplicável ao setor. A idéia então é que seus registros e demonstrações sejam utilizados não só pelos contadores e órgãos de controle, mas principalmente por gestores, por administradores e pela sociedade. As inovações inseridas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público exigem um entendimento profundo da legislação, além de um acompanhamento sistêmico das modificações que surgem continuamente.

Assim, a questão dessa pesquisa é: **como está o processo de convergência às Normas Internacionais no setor público no Brasil?** Perseguida pelo seguinte objetivo geral: apresentar o processo de convergência da nova contabilidade pública no Brasil, a partir das publicações da Secretaria do Tesouro Nacional. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) descrever o processo de convergência no Brasil; b) apresentar as principais entidades normativas no processo de convergência; e; c) contextualizar, através de pesquisas recentes, o processo de convergência proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela preocupação em promover a compreensibilidade das mudanças na nova contabilidade pública brasileira oriundas dos padrões internacionais, além de ser relevante por tratar de informações inovadoras inseridas

pelas Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

Esta pesquisa estrutura-se em cinco seções. A primeira com a parte introdutória aborda as informações iniciais; a segunda apresenta fundamentação teórica que sustenta a pesquisa; a terceira, por seu turno, expõe procedimentos metodológicos verificados, já a quarta apresenta estudos recentes sobre o processo de convergência e, por fim, a quinta seção explicita as considerações finais sobre o estudo seguida das referências consultadas.

2 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS

A contabilidade é uma ciência social aplicada que sofre fortes influências no contexto em que está inserida seja ele cultural, político, econômico ou histórico. Por essa razão, existem diferentes práticas e técnicas contábeis para a elaboração das demonstrações, dificultando assim as comparações das mesmas entre os países, além de prejudicar o entendimento do leitor, exigindo deste o conhecimento de outras práticas existentes para viabilizar a comparação.

Em face do fortalecimento da globalização e, por conseguinte, o mundo cada vez mais conectado através das transações econômicas e dos acordos comerciais entre os países essa dificuldade aumentou, gerando a necessidade de formular critérios uniformes e homogêneos para a elaboração das demonstrações contábeis a chamada harmonização contábil. Para elucidar o entendimento, diz Nascimento (2007, p.44):

O termo “harmonização contábil” diz respeito à adequação da contabilidade de diversos países aos preceitos e regras de uma mesma norma ou conjunto de normas, ou às práticas contábeis mundialmente aceitas, em um consenso, ou ajuste das diferenças porventura existentes, e não sob uma imposição. Com a contabilidade governamental não é diferente, à (sic) medida em que, cada vez mais, há a necessidade de comparação entre as finanças públicas dos diversos países para que existam parâmetros que permitam verificar o desempenho de cada um deles.

Deste modo, os gestores, investidores e analistas de todo mundo poderão fazer comparações das informações contidas nas demonstrações, uma vez que essa padronização oferece transparência, confiança e auxílio nas tomadas de decisão.

No que tange ao setor público conforme afirma Nascimento (2007), essa necessidade está relacionada ao desempenho das finanças públicas e à possibilidade de comparar as informações fornecidas pelas diferentes esferas do governo de um país com outro. Segundo Silva¹ (2012, p.63), “o principal órgão preocupado com essa necessidade na área pública e,

portanto, com a convergência é o *International Federation of Accounting* (IFAC). Uma organização de abrangência global com foco na profissão contábil” que é responsável em emitir pronunciamentos voltados ao setor público as chamadas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). São elas:

Quadro 1:. Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

IPSAS	CONTEÚDO
IPSAS 1	Apresentação das Demonstrações Contábeis
IPSAS 2	Demonstração do Fluxo de Caixa.
IPSAS 3	Política Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.
IPSAS 4	Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.
IPSAS 5	Custo de Empréstimos.
IPSAS 6	Demonstrações Consolidadas e Separadas.
IPSAS 7	Investimentos com Coligadas e Controladas.
IPSAS 8	Investimentos em Empreendimento de Controlado em Conjunto (<i>Joint Ventures</i>).
IPSAS 9	Receita de Transações com Contraprestação.
IPSAS 10	Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionaria
IPSAS 11	Contratos de Construção.
IPSAS 12	Estoques.
IPSAS 13	Operações de Arrendamento Mercantil.
IPSAS 14	Eventos Subseqüente.
IPSAS 15	Instrumentos Financeiros: Apresentação e Divulgação.
IPSAS 16	Propriedade para Investimento.
IPSAS 17	Ativo Imobilizado.
IPSAS 18	Informações por Segmento.
IPSAS 19	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
IPSAS 20	Divulgação sobre partes Relacionadas.
IPSAS 21	Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Geradores de Caixa.
IPSAS 22	Divulgação de Informação Contábil sobre o Setor Governo Geral.
IPSAS 23	Receita de Transações sem Contraprestação (Tributos e Transferências).
IPSAS 24	Apresentação das Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis.
IPSAS 25	Benefício a Empregados.
IPSAS 26	Redução ao Valor Recuperável de Ativos Geradores de Caixa.
IPSAS 27	Ativo Biológico e Produtos agrícolas
IPSAS 28	Instrumentos Financeiros: Apresentação.
IPSAS 29	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
IPSAS 30	Instrumentos Financeiros: Evidenciação.
IPSAS 31	Ativos Intangíveis.

Fonte: Adaptado do Manual da IFAC de Pronunciamentos Internacionais de Contabilidade do setor Público (2010)

No que concerne ao processo de convergência, as IPSAS supracitadas foram traduzidas pelo Comitê Gestor da Convergência no Brasil que visam a orientar e a harmonizar a contabilidade pública em diversos países, com vistas a apresentação de um conteúdo focado em procedimentos operacionais.

Nesse sentido, para acompanhar o processo de convergência dos padrões contábeis internacionais, foram colocadas em audiência pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 2007, as primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor (NBCASP), e no final de 2008, foram publicadas e nomeada as NBC T 16 por meio das Resoluções do CFC nº 1.128 a 1.137/08 e em dezembro de 2011 a Resolução 1.366/11, com respeito às informações de custos na área pública. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 2:. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

NBC TSP	CONTEÚDO
16.1	Conceituação, Objetivos, e Campo de Aplicação
16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis
16.3	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
16.4	Transações no Setor Público
16.5	Registro contábil
16.6	Demonstrações Contábeis
16.7	Consolidação das demonstrações Contábeis
16.8	Controle Interno
16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão
16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos
16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Fonte: Adaptado de Silva⁴(2012)

Com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16), é perceptível a necessidade de efetivar a responsabilidade da gestão fiscal, a transparência e a redução dos gastos sem afetar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Para Castro (2011) essas novas normas são um campo aberto que propicia a uniformização dos procedimentos contábeis internos. Para Niyama e Silva (2011), elas representam um avanço, pois aumentará a transparência e a comparabilidade das informações contábeis dos entes públicos, e conseqüentemente, os usuários da informação terão mais facilidade de compreensão.

Dessa forma, percebe-se que os entes públicos brasileiros caminham para uma sincronização das suas práticas contábeis às normas internacionais editadas pelo IFAC

(*International Federation of Accountants*). O quadro a seguir apresentará as entidades normativas internacionais e brasileiras responsáveis pelo processo de convergência das normas internacionais aplicadas ao setor público.

Quadro 3:. Principais entidades normativas do setor público.

ENTIDADES	ATUAÇÃO
IFAC - Internacional Federation of Accountants	Organização de abrangência global com foco na profissão contábil. Edita normas contábeis referentes aos padrões éticos da profissão, ao setor público (IPSAS), à qualidade, à auditoria e à formação educacional.
CFC - Conselho Federal de Contabilidade	Órgão de representação da classe contábil no Brasil. Edita Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao exercício da profissão (perícia, educação, etc.) e às áreas de atuação do profissional (setor público, auditoria, etc.).
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	Órgão vinculado ao Ministério da Fazenda normatiza através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Portarias e Notas Técnicas, as práticas contábeis do setor público da Federação Brasileira.
GTCN - Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis	Grupo técnico responsável pela análise e pela elaboração de diagnósticos e estudos visando à padronização mínima de conceitos e práticas contábeis, plano de contas e classificação orçamentária de receitas e despesas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: dados da pesquisa (2015)

As entidades normativas supracitadas têm como objetivo buscar para a contabilidade pública informações padronizadas e de maior qualidade para a quebra de obstáculos nas informações contábeis entre os países, tornando-as mais inteligíveis entre os entes públicos. Para tanto, segundo Ponte et al. (2012), tais órgãos têm dedicado tempo e esforços para a harmonização das normas contábeis, mantendo dessa forma as peculiaridades e as características de cada região.

2.1 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DE ACORDO COM A SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL

No Brasil o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade teve início a partir de 2008 com a publicação da Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 184, a qual determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na condição de órgão central de contabilidade, editasse normativos, manuais e instruções de procedimentos contábeis alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e às Normas Internacionais de

Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), editadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC).

Todavia, vale ressaltar que a contabilidade pública e a gestão fiscal no Brasil se iniciaram desde a década de 60 com a Lei nº 4.320/64, haja vista ser, a norma em vigor de maior importância no que tange à definição de procedimentos específicos para a contabilidade das entidades do setor público, além de trazer em sua essência a contabilidade patrimonial, já que podemos encontrar em vários trechos da aludida Lei o registro do patrimônio se destacando do registro do orçamento pela contabilidade.

Vejamos na figura abaixo a Evolução da Contabilidade Pública até a implantação obrigatória em 2014 do Plano de Contas Aplicada ao Setor Público (PCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade, promulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Figura 1.: Evolução da Contabilidade Pública e Gestão Fiscal no Brasil.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2013)

Com essas diretrizes, a Secretaria do Tesouro Nacional tem empreendido esforços no sentido de compatibilizar as regras contábeis e as normas legais, uma vez que, uma das orientações estratégicas para a contabilidade aplicada ao setor público, segundo Castro (2011), é que ela cumpra seu papel de ciência social aplicada, resgatando o tratamento de fenômenos do setor público de forma a refletir a essência das transações governamentais e seu impacto no patrimônio, não se resumindo tão somente ao cumprimento de aspectos legais e formais.

Para isso, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 406/2011 estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) como parte das ações da Secretaria do Tesouro Nacional, em consonância com as orientações estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, visando à convergência da contabilidade pública às normas internacionais, por meio do uso de procedimentos e práticas contábeis que permitam uma melhor evidenciação do patrimônio público e a edição de um plano de contas único no âmbito da federação denominado Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), além de padronizar as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

O MCASP é dividido em seis partes aplicáveis em toda Federação. Para elucidar o entendimento, vejamos abaixo a distribuição dessas partes e o calendário atual de adoção, conforme Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 828/2011 e 700/2014.

Quadro 4: Calendário de adoção do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

PARTES DO MCASP	ADOÇÃO CONFORME O ANO
PARTE I - Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO)	Integralmente a partir de 2012
PARTE II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP)	Gradualmente a partir de 2012, Integralmente até o final do exercício de 2014
PARTE III - Procedimentos Contábeis Específicos (PCE)	Integralmente a partir de 2012
PARTE IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)	Facultativo em 2013 e integralmente até o final de 2014
PARTE V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (DCASP)	Facultativo em 2013 e integralmente até o final de 2014
PARTE VIII - Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas	Previsto para o segundo semestre de 2015

Fonte: Adaptado da Secretaria do Tesouro Nacional (2014)

Vale salientar que, só a partir da publicação desse calendário, teve início um movimento de padronização no âmbito da Federação, por meio do Manual de Contabilidade

Aplicada ao Setor Público (MCASP), o qual estabelece regras uniformizadas para os procedimentos contábeis a serem observadas pela administração pública em todos os poderes e entes da Federação.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este tópico destina-se a apresentar os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. Quanto à metodologia aplicada para aos objetivos perseguidos, utiliza-se a pesquisa descritiva, uma vez que expõe como se encontra o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil.

De acordo com Charoux (2006, p.39) a pesquisa descritiva caracteriza-se por “[...] descrever, narrar, classificar as características de uma situação e estabelece conexões entre a base teórico-conceitual existente ou de outros trabalhos já realizados sobre o assunto”.

Quanto à fundamentação do tema utiliza-se o método bibliográfico que, segundo Lakatos et. al. (1992), “trata-se de levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. Por essa definição, verifica-se que este estudo enquadra-se nesse tipo de pesquisa devido à coleta de informações estudada para alcançar o objetivo da pesquisa.

No tocante aos resultados da pesquisa, procedeu-se à análise dos dados qualitativos, que segundo Godoy (1995), é uma abordagem que permite conhecer mais adequadamente o fenômeno observado, mesmo que de forma exploratória, tal perspectiva metodológica buscou evidenciar estudos de 2008 a 2014 que versassem sobre o processo de convergência das IPSAS.

4 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS IPSAS: O QUE DIZEM ESTUDOS RECENTES?

Dos estudos já realizados sobre o processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pode-se destacar a pesquisa feita por Frago et al. (2012), na qual eles analisam o estágio atual de convergência conceitual entre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP) e as *International Public Sector Accounting Standard* (IPSAS), utilizando o método dedutivo e a estatística descritiva para quantificar quantos tópicos e subtópicos eram contemplados, ou não, pelas normas internacionais aplicadas ao setor público. Chegaram à conclusão que ainda há diversos

aspectos a serem discutidos para uma efetiva convergência às normas internacionais e que as NBCTSPs apresentam uma exposição conceitual de qualidade enquanto as IPSAS apresentam um conteúdo mais focado em procedimentos operacionais.

Chan (2009) aponta em seu estudo que as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), tornaram-se de fato referências internacionais para avaliar as práticas contábeis do governo em todo o mundo.

Já Macêdo et al. (2010) apresentam uma análise sobre a percepção dos auditores do Tribunal de Contas Estadual (TCE), dos gestores e dos contadores públicos dos estados de Pernambuco e da Paraíba quanto à aplicabilidade dos conceitos *true and fair view* e *accountability* na contabilidade pública brasileira e especificamente os padrões internacionais, para os quais nossas normas irão convergir. De posse dessa avaliação, chegaram a conclusão de que, para serem percebidas pela população em geral, as boas práticas de gestão e de contabilidade pública, bem como as transformações resultantes da mudança do foco para a contabilidade patrimonial, necessitam de “desenvolvimento social”, aliado a um maior grau de “transparência”.

Vicente, Morais e Platt Neto (2011) estudaram a Reforma na Contabilidade Pública Brasileira, com o processo de convergência decorrente da implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que está sendo conduzido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O estudo revelou que a reforma promoverá a devida distinção entre o orçamento público e a Contabilidade, a adoção do regime de competência para a contabilização do patrimônio público e alterações no conteúdo das demonstrações contábeis que ampliarão a transparência fiscal dos governos.

Queiroz e Rodrigues (2012) destacam em seu estudo que a convergência da contabilidade brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards*) provocou significativas alterações conceituais e práticas, em especial, na estrutura das demonstrações contábeis.

De acordo com Machado, Freytag e Maliski (2012) o principal foco das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) consoantes com as Normas IPSAS é o resgate da contabilidade patrimonial, com evidência no patrimônio como objetivo da contabilidade e não somente o controle do orçamento, o que leva a separação dos mesmos, para que seja registrado e controlado o patrimônio público.

Moura, Lima e Ferreira (2012) fazem um estudo comparativo bem interessante entre as propostas dos governos brasileiro e espanhol no que tange ao plano de Contas e à

convergência aos padrões internacionais, visando a verificar se elas estão alinhadas aos padrões internacionais da contabilidade aplicada ao setor público. Assim por meio de pesquisa bibliográfica, documental, concluíram que a proposta do Governo brasileiro está mais alinhada aos padrões internacionais, e que, comparativamente, há diferenças significativas entre aquela e a proposta do governo espanhol.

Gama, Duque e Almeida (2014) estudaram a Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias *top-down* e *bottom-up* com o objetivo de: identificar a abordagem adotada pelo governo federal brasileiro; descrever o modelo de implementação do sistema de informação contábil público no Brasil e mapear o fluxo de informações e atores envolvidos no processo de convergência. Através de uma pesquisa qualitativa de caráter documental. Concluíram que, no Brasil é utilizada a abordagem *middleup-down*, a qual favorece a interação entre múltiplos atores no processo, diferentemente da abordagem *top-down*, que segue o modelo internacional divulgado.

Os estudos analisados procuraram apresentar as principais alterações na contabilidade aplicada ao setor público com o processo de convergência das normas internacionais, voltadas aos procedimentos relacionados com o patrimônio das entidades e ao tratamento da receita pública que passa a seguir o princípio da competência, assim, há um novo contexto para a contabilidade aplicada ao setor público, no qual o patrimônio e a informação são mais valorizados pela gestão pública.

Portanto, é importante ressaltar que as alterações ocorridas na área pública contribuem para se desvincular a contabilidade dos aspectos estritamente orçamentários, e relacioná-la, principalmente, com os aspectos patrimoniais, objeto da Contabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral de apresentar o processo de convergência da nova contabilidade pública no Brasil, a partir das publicações da Secretaria do Tesouro Nacional, foi possível perceber que o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público como parte das ações da Secretaria do Tesouro Nacional, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) vem sendo um importante instrumento de contribuição para a melhoria dos controles internos, maior comparabilidade dos demonstrativos, redução das possíveis fraudes, além de trazer maior transparência e responsabilidade da gestão pública.

Nessa perspectiva, pode-se observar que esforços estão sendo empreendidos com o intuito de alcançar a convergência contábil no setor público aos padrões internacionais, tendo como objetivo alcançar uma contabilidade mais voltada para seu objeto de estudo, ou seja, o patrimônio, primando pelos registros em função da essência sobre a forma e gerando relatórios úteis para tomada de decisão.

Diante do exposto, conclui-se que o Processo de Convergência às Normas Internacionais no Setor Público no Brasil está caminhando no que tange à regulamentação contábil, através dos requisitos editados pelas entidades regulamentadoras no Brasil para o setor público. Porém, ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

Deseja-se que a pesquisa possa contribuir para as discussões acerca do processo de convergência às Normas Internacionais no setor público no Brasil. além de contribuir para o entendimento da implementação dos novos procedimentos e demonstrativos contábeis voltados para o setor público.

ABSTRACT

DEMETRIO, Dulcyane Souza Nascimento. INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS APPLIED TO THE PUBLIC SECTOR: a study on the convergence proposed by the National Treasury. 2015. 19 pgs. Term paper. Course in Accounting, University of Paraíba, Campina Grande, 2015.

This study has the general objective to present the convergence process of the new public accounting in Brazil, from publications of the National Treasury. For this descriptive research was conducted, bibliographic character, which was based on publications made by National Treasury through the Applied Accounting Manual for the Public Sector in line with the Public Sector Brazilian Technical Accounting Standards issued by the Federal Accounting Council, in order to meet the convergence to International Accounting Standards Applied to the Public Sector. Thus, this study found that efforts have been deliberate in order to reach the accounting convergence in the public sector to international standards, from the use of a more focused accounting for its object, ie equity, striving for function records the substance over form and generating useful reports for decision making, and have noticed that the convergence process to the International Standards in the Public Sector in Brazil has progressed with regard to accounting regulations through the requirements published by the regulatory authorities in Brazil to the public sector. However, there is still a long way to go.

Keywords: International Standards. Convergence. Public Sector

REFERÊNCIAS

BRASIL Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com

as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br>> Acesso em: 10 /outubro/ 2014.

BRASIL. Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011. Altera o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em 18/outubro/2014.

BRASIL. Portaria nº 406, de 20 de junho de 2011. Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, VI – Perguntas e Respostas e VII – Exercício Prático, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Port_4062011_MCASP.pdf>. Acesso em 18/outubro/2014.

BRASIL. Portaria nº 700, de 10 de dezembro de 2014. Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/390684/CPU_Portaria_STN_700_2014_MCASP_6.pdf/5d3a2fa8-0af5-4eac-b56f-a9074e4cbaad>. Acesso em 28/maio/2015.

BRASIL Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320compilado.htm> Acesso em: 10/outubro/2014.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.128, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, objeto e campo de aplicação. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001128>. Acesso em: 22/agosto/2014.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.328/11 de 18 de março de 2011. Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/res_1328.pdf>. Acesso em: 22/agosto/2014.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual da IFAC de Pronunciamentos Internacionais de Contabilidade do setor Público. Disponível em 18 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas_internacionais_de_contabilidade/NornasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf>. Acesso em 18/maio/2015.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.137, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 12/setembro/2014.

CASTRO, Domingos Poupel de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público: Integração das Áreas do Cielo de Gestão:** Contabilidade, Orçamentária e Auditoria e Organização dos Controles Internos, como suporte à Governança Corporativa. 4 ed. São Paulo: Atlas. 2011.

CHAROUX, Ofélia M. G. **Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento.** 3 ed. São Paulo: DVS Editora, 2006.

CHAN, James L. International Public Sector Accounting Standards: Conceptual and Institutional Issues. In: **The Harmonization of Government Accounting and the Role of IPSAS**, edited by Mariano D'Amore. Milan, Italy: McGraw-Hill, 2009, pp. 19-33.

DE BIASI, Enio. Modernizacao da Contabilidade Publica. **Valor Econômico.** 3 dez. 2010.

FRAGOSO, Adriana Rodrigues; MACÊDO, João Marcelo Alves; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; PERDENEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Desafio da Convergência: uma Análise Comparativa – IPSAS e NBCTSP. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPEC**, Brasília, v. 6, n. 4, art. 6, p. 434-447, out./dez. 2012. Disponível em <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/260>>. Acesso em 27/maio/2015.

GAMA, Janyluce Rezende; DUQUE, Claudio Gottschalg; ALMEIDA, José Elias Feres de. Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública *vis-à-vis* as estratégias *top-down* e *bottom-up*. **Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 48(1):183-206, jan./fev. 2014.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n1/a08v48n1.pdf>>. Acesso em: 27/ maio/2015.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE — Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 30-36, jan./fev. 1995a.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MACHADO, Rosaly; FREYTAG, Daniele; MALISKI, Karla Renata. Mudanças de critério contábil na depreciação no setor público: um relato dos procedimentos realizados em uma instituição pública. **Publ. UEPG Ci. Soc. Apl.**, Ponta Grossa, 20 (1): 99-111, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/viewFile/4153/3155>>. Acesso em 27 / maio/2015.

MOURA, Poliana Alves de Araújo, LIMA, Diana Vaz de. FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes. Plano de Contas e Convergência aos Padrões Internacionais: Estudo Comparativo entre as Propostas dos Governos Brasileiro e Espanhol. **Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília** · v. 15 · n. 1 · p. 3 - 16 · jan/abr 2012. Disponível em: <<https://cggamg.unb.br/index.php/contabil/article/view/306/pdf>>. Acesso em: 27/maio/ 2015.

MACÊDO, João Marcelo Alves; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; SILVA, Lino Martins; RIBEIRO FILHO, José Francisco; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo; FEITOSA, Marcos Gilson Gomes. Convergência Contábil na Área Pública: Uma Análise das percepções dos auditores do TCES, Contadores e Gestores Políticos. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v. 4, n. 8, p. 70-91, jan-abr 2010. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/143/140>>. Acesso em 27 de maio/ 2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. **A Reforma da Contabilidade Governamental Brasileira**: a necessária revisão dos preceitos vigentes em face das demandas de informações do esforço de harmonização nacional e Internacional. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIPremio/sistemas/3tosiXIIPTN/a_reforma_da_contabilidade_governamental.pdf>. Acesso em 30/set/setembro/2014.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; OLIVEIRA, Marcelle Colares; AQUINO, Luiz Damazio Pereira de. Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC**, Brasília, v.6, n.1, art. 3, p. 38-53, jan./mar. 2012. Disponível em: <www.spell.org.br/documentos/download/17877> . Acesso em 01 de junho/2015.

QUEIROZ, Igor de Assis Sanderson de; RODRIGUES, Adriano. O Efeito das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) sobre a Aplicabilidade dos Índices de Kohama para Análise de Balanços Patrimoniais da União. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 24 - 31, set./dez, 2012. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.306/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1480/1328>>. Acesso em: 27/ maio/2015.

SILVA, Valmir Leoncio da. **A nova Contabilidade aplicada ao setor público**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: Um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: atlas, 2011.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Nova Contabilidade e Gestão Fiscal – Modernização da Gestão Pública (cartilha)**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2013.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manuais de contabilidade**. Disponível em:<<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>>. Acesso em 21/outubro/2014.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues.; MORAIS, LeandroMoraes.; PLATT NETO, Orion. Augusto. A Reforma na Contabilidade Pública Brasileira e o processo de convergência: Implicações e Perspectivas. **VCongresso ANPCONT. Vitória – ES. Junho. 2011**. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Ernesto_Vicente/publication/235995366_THE_BRAZI

LIAN_GOVERNMENTAL_ACCOUNTING_REFORM_AND_THE_CONVERGENCE_PROCESS_IMPLICATIONS_AND_PERSPECTIVES/links/0deec5155a82eda799000000.pdf>.
Acesso em: 27/ maio/2015.